

econômica

Visão da semana: expectativas sobre o "pacote"

As expectativas em torno do novo "pacote", que deverá ser anunciado na próxima quarta-feira, dominaram os meios econômico-financeiros durante a semana finda, provocando a habitual onda de especulações no mercado negro do dólar, nas bolsas de valores e outros setores do mercado financeiro, influenciados pelas notícias de taxação dos rendimentos das aplicações no mercado aberto.

Apesar do descrédito que cerca a expressão "pacote" no País, utilizada até para as mais rotineiras decisões na área econômica, a opinião pública espera que desta vez as autoridades tomem medidas realistas e compatíveis com o momento, em vez dos tradicionais paliativos. Além da redução dos subsídios, do controle dos gastos das estatais e da solução dos desacertos da presente política salarial, o governo não poderá deixar de lado a chamada desindexação da economia, sem o que não será possível uma baixa da inflação e dos juros nem a necessária transferência de ativos financeiros para o setor real da economia.

Todavia, conforme já tivemos oportunidade de advertir, as regras do jogo para a desindexação devem ser definidas com clareza e sua aplicação generalizada (exceção feita para taxa cambial, mas em caráter temporário). A redução da incidência da correção monetária fracassará se não forem incluídos os ativos e passivos em geral, além dos salários.

Segundo se informa, as principais medidas serão o aumento do Imposto de Renda incidente sobre o trabalho assalariado e taxação dos ganhos de capital, cobrança de 3% na fonte para as aplicações no mercado aberto, redução ou extinção do IOF (com exceção do cobrado sobre as importações), eliminação dos limites de expansão do crédito dos bancos privados, elevação dos juros do crédito agrícola, do crédito à exportação e de outras operações hoje subsidiadas, retirada gradual dos subsídios ao trigo, açúcar e derivados de petróleo, corte de vantagens e benefícios de funcionários de empresas estatais e nomeação de ministros de Estado para a presidência dos conselhos dessas empresas.

Haverá, também, alterações nas atribuições do Banco do Brasil, que teria seu papel de autoridade monetária diminuído ou até extinto. As maiores dúvidas concentram-se no modo como os efeitos altistas desse "pacote" serão retratados do INPC.

O "pacote", segundo algumas fontes, será o principal trunfo das autoridades nas novas negociações com o FMI, cuja missão chega ao Brasil hoje, das quais poderá resultar nova carta de intenção (a terceira). Na verdade, na semana passada, diversos empresários e economistas sugeriram uma renegociação mais ampla da dívida externa brasileira e a definição de metas mais realistas para o corte do déficit público e a expansão do crédito concedido pelas autoridades monetárias.

Enquanto o governo se empenhava no "pacote", os sinais da recessão continuaram a se manifestar, entre eles o desemprego, que cresceu no mês de abril, e a queda das vendas do comércio na Grande São Paulo, as quais diminuíram 3,49% no mesmo mês, em relação ao ano passado. Embora a demanda esteja enfraquecendo-se, a taxa de inflação em 12 meses voltou a subir em maio, atingindo 118,6%, com o crescimento de 6,7% no mês. Agora, em virtude do "pacote", espera-se novo ciclo de aumento dos preços, isto é, mais inflação.